



Fronteiras: Revista Catarinense de
História

ISSN: 1415-8701

samira.moretto@uffs.edu.br

Universidade Federal da Fronteira Sul
Brasil

da Cruz, Fábio Lucas
A História e as memórias do exílio brasileiro
Fronteiras: Revista Catarinense de História, núm. 20, 2012, pp. 115-137
Universidade Federal da Fronteira Sul

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071477009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A História e as memórias do exílio brasileiro

History and memories of the Brazilian exile

Fábio Lucas da Cruz¹

Resumo: Este artigo apresenta reflexões sobre a relevância dos depoimentos orais e escritos daqueles que vivenciaram o exílio brasileiro na segunda metade do século passado. Com base na obra de Paul Ricoeur, o texto defende que elementos subjetivos presentes nas visões dos exilados devem ser problematizados para a compreensão da experiência traumática do exílio. O processo de construção da memória pelo exilado deve ser objeto de análise da História com o intuito de entender rupturas e permanências nas visões sobre o exílio construídas até o presente.

Palavras-chave: memória, exílio, Ditadura Militar.

Abstract: This article presents reflections on the importance of oral and written testimonies of those who experienced the Brazilian exile in the second half of last century. Based on the work of Paul Ricoeur, the text argues that subjective elements in the visions of the exiles should be problematized for the understanding of the traumatic experience of the exile. The memory's elaboration by expatriates should be the object of analysis of History in order to understand continuities and ruptures in the views of exile built up until this moment.

Keywords: memory, exile, Military Dictatorship.

Aproximadamente dois milhões de argentinos, um milhão de chilenos e quinhentos mil uruguaios partiram para o exílio durante os regimes militares latino-americanos. Embora seja difícil precisar o número de brasileiros exilados, estima-se que entre cinco mil e dez mil pessoas

¹ Mestre em História Social e Doutorando em História pela Universidade de São Paulo (USP). Este artigo apresenta informações decorrentes de pesquisa financiada pelo CNPq. E-mail: fabiolucascruz@uol.com.br

deixaram o Brasil para se exilar em países como Portugal, EUA, México, Argélia, Itália, Suécia e, principalmente, Chile e França.²

Não é possível realizar um estudo do exílio sem compreender as memórias daqueles que o vivenciaram. Um estudo que envolva estas memórias deve refletir sobre o processo de construção de narrativas pelos exilados de acordo com as concepções políticas e momentos traumáticos vivenciados. Refletir sobre as características destas memórias é parte da configuração de uma metodologia de estudo da História.

É crescente o uso de autobiografias, depoimentos orais e biografias nos estudos do exílio. O debate sobre a metodologia de utilização destas narrativas de memória pela História envolve outros campos, como a Literatura e a Sociologia. A História Oral obteve destaque ao apresentar importantes reflexões a partir da década de 1990, que contribuíram para o tratamento das informações testemunhais.³

É possível realizar uma *história oral pura*, ou seja, baseada na coleta e análise de entrevistas em torno de um projeto de compreensão de determinado tema. Mas a composição da *história oral híbrida* é mais recorrente: trata-se de estabelecer um diálogo dos depoimentos com documentos escritos ou visuais, enriquecendo a análise e a compreensão de determinado assunto.

Quando tomamos a ideia de análise de depoimentos orais, a metodologia deve considerar não apenas o conteúdo dito, mas as características do depoente, seus sentimentos, sua posição política e suas ideias. As lembranças são acompanhadas de uma carga emocional e juízos de valor. Já a informação é um conteúdo cognitivo que implica em julgar os acontecimentos. A História é uma análise lógico-conceitual, logo deve ater-se à análise dos acontecimentos.

É importante que o historiador exponha sua metodologia. Mostrar o perfil dos exilados, de que modo e quando a entrevista foi realizada

² BOLZMAN, Claudio. De los europeizados a los deslocalizados: una tipología de las migraciones americanas hacia Europa. In: ARTIGAS, José del Pozo. **Exiliados, emigrados y retornados**: chilenos en América y Europa (1973-2004). Santiago: RIL Editores, 2006. p.23.

³ Baseamo-nos na seguinte concepção: “História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história presente e também uma história viva.” MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007. p.17.

significa fornecer ao leitor pistas para entender as características daquele testemunho.

Este texto apresenta observações sobre a memória dos exilados brasileiros durante o regime militar e a utilização desta memória para a produção historiográfica. Não procuramos refletir sobre uma prática em História Oral, mas observar a postura analítica da memória em História.

No Brasil, o primeiro livro a propor uma análise do exílio com base em depoimentos foi publicado em 1979, quando os exilados estavam retornando. Escrito pela jornalista Cristina Pinheiro Machado, o livro *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera de anistia* utiliza somente depoimentos para compor a narrativa desde o golpe militar até o retorno que os exilados imaginavam. Sem propor uma análise do depoimento, as falas dos entrevistados são transcritas para exemplificar as informações gerais sobre a vida no exílio, obtidas na pesquisa com fontes testemunhais.

Em 1999, a publicação de *Exílio: entre raízes e radares* promoveu uma nova abordagem do exílio com fontes até então inexploradas. A tese de doutoramento da professora Denise Rollemberg foi a primeira a utilizar a imprensa produzida pelos exilados, documentos oficiais do governo brasileiro e de organismos internacionais ligados à proteção de refugiados. Os depoimentos foram utilizados em conexão com estas fontes, mas preservando a observação individual das experiências.

A última década foi marcada pela ampliação de estudos sobre o exílio, seguindo a busca da variedade documental e a inserção de depoimentos de exilados. As questões políticas, culturais, sociais e econômicas ligadas aos diferentes contextos do exílio foram exploradas em trabalhos sobre o exílio no Chile, na França, nos EUA, no México e no Uruguai. Podemos destacar as obras de Luci Granjeiro Cortez, sobre a trajetória de vários nordestinos exilados; de Tatiana Moreira Campos Paiva, que traça uma descrição da memória de filhos de exilados; de Andrea Prestes Massena, que analisou o cotidiano dos exilados em Moçambique; de Teresa Cristina Schneider Marques, sobre o exílio no Chile e na França; e de Maira Luisa Gonçalves de Abreu, sobre o movimento feminista no

exílio.⁴

Frente ao progressivo interesse pelo estudo dos diferentes aspectos do exílio brasileiro, é necessário manter uma contínua reflexão sobre a metodologia de análise das memórias dos exilados. Problematicar a memória é o caminho para a produção histórica. A transcrição de informações sem uma reflexão pormenorizada sobre o contexto do depoimento e da maneira como este foi desenvolvido minimiza as especificidades que o testemunho assume no tempo e no espaço e sua relação entre o contexto histórico e a individualidade.

Imagens da memória e as relações com a História

As abordagens sobre as relações entre memória e História são numerosas e divergentes. A maioria destas reflexões visa identificar as especificidades da memória e da História e entender de que forma cada um destes elementos se complementam ou se opõem. Ao estudar o exílio, consideramos que é fundamental entender a interação entre memória e História, identificar o papel de ambas e sua interdependência, sem supervalorizar ou inferiorizar uma delas ou contrapô-las radicalmente.

Tanto a memória quanto a História são representações do passado. Nenhuma delas consegue retratar fielmente o que ocorreu e são suscetíveis a influências de quem produz esta representação, do tempo e do espaço onde ela ocorre.

As memórias são concepções do passado que se transformam no tempo, são construídas pelos indivíduos numa interação social, apresentam

⁴ Ver: CORTEZ, Lucili Grangeiro. **O drama barroco dos exilados do Nordeste**. Recife, 2003. 468 p. Tese. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE; PAIVA, Tatiana Moreira Campos. **Herdeiros do exílio: memórias de filhos de exilados brasileiros da Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, 2004. 155 p. Dissertação. Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC Rio; MASSENA, Andréia Prestes. **Exílio em Moçambique: as experiências vividas em terra estrangeira durante a Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação. UFRJ; MARQUES, Teresa Cristina Schneider Marques. **Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)**. 272 p. Porto Alegre, 2010. Tese. Departamento de Ciência Política da UFRGS; Abreu, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris**. 265 p. Campinas, 2010. Dissertação. IFLCH, Unicamp.

lacunas e alteração de informações. Em contraposição, a História é uma atividade de pesquisa e produção de conhecimento que procura compreender o passado a partir dos registros produzidos por seus atores ao longo do tempo. A memória é objeto da História, mas não deve se submeter a ela.⁵ A História não pode se submeter à memória, pois perde sua função crítica.

A História é uma atividade que visa construir sentidos sobre as ações humanas, mas não é uma atividade plenamente objetiva. A narrativa da História promove uma construção de ideias, uma organização de fatos a partir de hipóteses que visam explicar certo fenômeno. Ao falarmos da construção de um sentido na narrativa da História, devemos considerar o papel do produtor da narrativa e as especificidades do objeto de estudo. O fato histórico é definido pela escolha do historiador de acordo com as inquietações do presente. Esta escolha está inserida numa metodologia própria, que confere um caráter científico à História.

A memória é dinâmica e está em constante atualização. O filósofo Paul Ricoeur afirma que a memória é intelectual e sensitiva, pois é composta por imagens que são apreendidas pela sensibilidade e influenciadas pela experiência. Há semelhanças entre o fato do passado, mas há mais uma imitação do que um retrato fiel. O distanciamento temporal da experiência promove novas construções de imagens sobre aquele momento a partir da interferência de outras vivências, emoções e esquecimentos.

A abordagem de Paul Ricoeur contribui para desmistificar a ideia de imparcialidade da memória, afirmando seu caráter de construção. Também se desmistifica a História como a completa “verdade” sobre o passado, pois também se constitui numa narrativa sobre as experiências. Deve-se considerar que o passado não é um objeto e que a memória não é a mera transposição deste objeto, pois a ação do indivíduo na construção da memória possui uma intencionalidade. Ter consciência do objeto e da imagem construída sobre este objeto é a base para situar a História e a memória em campos de produção de significados.⁶

A memória está relacionada à subjetividade e ao mundo particular. A História busca a objetividade e o caráter universal. Como a História pode compreender as características subjetivas da memória sem confundir-se com

⁵ NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

⁶ RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ela? Este questionamento perpassa a compreensão das relações entre memória individual e memória coletiva.

Segundo o sociólogo Maurice Halbwachs, é ilusório pensar numa memória estritamente individual.⁷ Para Halbwachs, as lembranças estão relacionadas ao meio social. As razões da lembrança são determinadas na interação social, aprendemos e levamos conosco os valores sociais e as experiências. Se pensarmos no estudo do exílio, vemos que os exilados apresentam lembranças compartilhadas com o círculo de pessoas com que viveram no exílio ou com os grupos aos quais pertenciam no Brasil. Mas vivendo em locais distintos, exercendo profissões distintas, criando opiniões diferentes sobre sua condição e sobre o Brasil, houve uma construção individual de memória, que reuniu sentimentos e ideias que não são mero reflexo de uma coletividade específica. Houve uma contraposição de padrões sociais e uma reconstrução de lembranças, ideias e valores.

De acordo com Paul Ricoeur, não se pode desvencilhar a memória da individualidade ou da coletividade:

Não é apenas com a hipótese da polaridade entre memória individual e memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas com a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros.⁸

Compartilhamos informações de fatos que não vivenciamos. A memória não se refere apenas ao tempo passado. A imagem que se constrói de uma experiência está vinculada também aos sentimentos e vivências do presente e a um objetivo de expor uma narrativa de memória para o futuro.

Baseando-se nas reflexões de Henri Bergson e Proust, a historiadora Jacy Alves de Seixas destaca o caráter “involuntário” da memória, que engloba a afetividade e a impossibilidade de representar o passado em sua integralidade.⁹ Enquanto a “memória voluntária” seria uma memória de fatos, a “memória involuntária” é descontínua e com lacunas. O passado é reatualizado num processo que sofre influências subjetivas e sociais, de acordo com o tempo e o espaço. Existe, portanto, a necessidade de

⁷ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

⁸ RICOEUR, Memória, História, Esquecimento, op.cit., p.142.

⁹ SEIXAS, Jacy Alves de. Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004. p.44-45.

considerar o contexto em que se lembra, pois a visão do passado é construída de acordo com o presente.

Entender as relações entre sujeito, contexto, emoções, interesses, passado e presente é o caminho para o “uso crítico da memória” descrito por Paul Ricoeur:

É, pois, ao nível da narrativa que se exerce primeiro o trabalho de lembrança. E a crítica ainda agora evocada parece-me consistir no cuidado em contar a outrem as histórias do passado, em contá-las também do ponto de vista do outro - outro, meu amigo ou meu adversário. Este rearranjo do passado, consistindo em contá-lo a outro e do ponto de vista do outro, assume uma importância decisiva, quando se trata dos acontecimentos fundadores da História e da memória comuns.¹⁰

A análise crítica do depoimento não significa o desrespeito à memória individual. A análise crítica significa expor a experiência individual no contexto histórico e relacioná-la com instituições e ações coletivas, deixando clara a multiplicidade de ideias dos partícipes da experiência.

Existem muitas memórias em conflito. Se a História ignora tais visões conflituosas do passado, promove a incompreensão dos sujeitos e fatos que fazem parte de seu objeto de estudo. Se toma partido de uma visão específica do passado, afasta-se de seu caráter científico, pautado na compreensão, comparação e análise. Como alternativa para preservar sua parcial objetividade, é melhor discutir a multiplicidade de memórias:

Narrar a história do exílio é problematizá-la, creio, é conseguir entender esta dupla face, ao mesmo tempo, ambígua e complementar. É equilibrar-se entre o objetivo e o subjetivo.¹¹

¹⁰ RICOEUR, Paul. **O perdão pode curar?** Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf. > Acesso em 11 de novembro de 2011.

¹¹ ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.47.

Portanto, o exílio deve ser entendido como um conjunto de experiências particulares. Discutir as distintas opiniões sobre as ações políticas, culturais e sociais e observar as relações entre o sujeito, o contexto e suas recordações é uma contribuição efetiva para a compreensão do período e para buscar debatê-lo como parte de uma memória social.

Exílio e identidade

A vida no exílio é marcada por conflitos pessoais e coletivos que desencadeiam uma reconfiguração da identidade individual. É fundamental observar e relacionar as questões psicológicas, políticas e sociais inerentes ao exílio para entender esta transformação. As autoras Ana Maria Araújo e Ana Vasquez identificam três momentos principais no exílio:

1 - uma fase inicial de confronto com novas culturas e o *trauma* da saída do país de origem, que pode desencadear um sentimento de *desesperança e desenraizamento*;

2 - um período intermediário de “*transculturação*”, no qual o exilado necessitará criar mecanismos de adequação e sobrevivência, compreender e superar o estranhamento com a nova realidade de vida;

3 - um período de *abalo de mitos*, quando novas ideias são criadas a partir da confrontação com os novos lugares e o indivíduo revê suas opiniões sobre seu país e sobre os locais de exílio.¹²

Há a reconfiguração do trabalho, da educação, da linguagem, dos hábitos cotidianos e das relações sociais. Esta reconfiguração é acompanhada por sentimentos diversos: saudade, esperança, rancor, medo, frustração... É um processo de *crise identitária*, que perpassa um luto inicial, ou seja, o sentimento de perda dos sistemas de referência.

Para o escritor Edward Said, os exilados têm uma “consciência contrapontística”, ou seja, conseguem relacionar várias realidades (a de origem e a de destino), o que lhes confere uma consciência de “dimensões

¹² BRONFMAN, Ana Vasquez. La malédiction d'Ulysse. **Hermès**, n. 10, p. 213-224, 1991. Ver também: VASQUEZ, Ana; ARAUJO, Ana Maria. **Exils latino-américains: la Malédiction d'Ulysse**. Paris: CIEMI, L'Harmattan, 1988.

simultâneas”.¹³ Os contrapontos partem de padrões culturais e ideológicos. A avaliação sobre a cultura alheia, sobre o comportamento e as ideias das pessoas dos locais de exílio remetem ora a uma supervalorização ora a uma inferiorização em relação à vida no país de origem. Os horizontes de percepção se ampliam, pois são revistos discursos construídos sobre os demais países em contraposição à imagem do país de origem.

A ideia de uma construção da identidade ao longo do tempo relacionada aos contextos e aos traumas é fundamental quando se trabalha com as memórias de exilados. No caso do exílio brasileiro, é importante relacionar estas orientações à militância política, pois a grande maioria dos exilados tinha ligações com grupos de esquerda.

Dois grandes contextos de saída do Brasil podem ser identificados: um posterior ao golpe de 1964 e outro posterior a 1968.¹⁴ Os exilados que deixaram o país após o golpe de 1964 eram na maioria sindicalistas, pessoas ligadas ao governo de João Goulart, membros da Ação Popular, professores universitários e jornalistas adeptos do Partido Comunista Brasileiro ou do Partido Trabalhista Brasileiro. A maioria partiu para o exílio após a publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Eram militantes dos grupos de esquerda, muitos deles ligados à ideia de guerrilha urbana, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Estes grupos buscaram criar núcleos no exílio que mantivessem contato com militantes no Brasil.

Enquanto a maioria do primeiro grupo de exilados se detinha nos debates sobre um projeto de reformulação do Brasil e mobilização dos grupos populares para esta transformação, a maior parte dos exilados da década de 70 tomava as ações armadas como necessárias em virtude das frustradas tentativas da esquerda anterior em realizar seu projeto.

Os exilados não formaram, portanto, um grupo com ideias políticas homogêneas. Muitos projetos políticos foram gestados no exílio: mobilizar-se com grupos dos países de origem, denunciar a ditadura, participar da luta armada ou reavaliá-la. O contexto internacional bipolar influía sobre os debates, especialmente fatos como o golpe chileno, a Guerra do Vietnã e os movimentos de descolonização na África.

¹³ SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.59.

¹⁴ Baseamo-nos na classificação da obra *Exílio: entre raízes e radares*, de Denise Rollemberg, anteriormente citada.

O exílio dos brasileiros durante a Ditadura militar foi um fenômeno de *repressão política*. Aqueles que se vinculavam a grupos com ideologias distintas do regime eram perseguidos e perdiam sua liberdade de manifestação. No entanto, embora tivesse o objetivo de fragmentar a manifestação política da esquerda durante o regime militar, o exílio tornou-se um espaço de renovação desta oposição, pois os exilados organizaram manifestos, jornais e buscaram auxílio de organismos internacionais para denunciar a tortura, a ausência de liberdade e a desigualdade social no Brasil.

A Esquerda exilada debateu sobre a viabilidade da luta armada, sobre a possibilidade de união em torno de projetos comuns e de superar as fragmentações. As mudanças políticas no contexto brasileiro influíram sobre esta reavaliação da militância no exílio, especialmente o período de redemocratização.

A relação entre a memória e os interesses políticos é explícita. Há a possível heroificação do exilado, que toma sua luta política como parâmetro, enaltecendo sua ação no exílio em defesa de uma imagem específica da nação brasileira. Longe do país, a realidade nacional era interpretada de acordo as suas concepções políticas ou com suas trajetórias. Numa visão mítica, muitos membros da esquerda acreditavam que tinham papel fundamental para orientar a população a construir um novo sistema, ignorando o papel ativo desta população e suas especificidades. O contato com o povo brasileiro é perdido no exílio e o “ser brasileiro” passa a ser uma condição idealizada.¹⁵

As diferentes opiniões sobre a ação política no exílio configuram batalhas por uma memória. A identificação e a análise comparativa das ideologias envolvidas nestas batalhas configuram a crítica histórica. Esta crítica é fundamental para evitar a prevalência de uma única versão sobre os fatos e estimular o debate e a compreensão do passado.

¹⁵ Sobre a concepção mítica do exilado quanto ao papel do povo do país de origem na transformação do regime político, ver RAMA, Angel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.35, p. 5-15, mar.-abr.1978, p.14. Sobre as relações entre exílio e objetivos políticos, ver ROLLEMBERG, Denise. A ideia de Revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979). In: **Que história é essa? A universidade vai à sociedade**. Rio de Janeiro, Relume Dumará; Centro Cultural Banco do Brasil, 1994. p. 111-130.

Escritas da memória e a compreensão do exílio

Na introdução da autobiografia intitulada *Duas vozes no exílio*, Yara Gouvêa e Danielle Birck afirmam:

Esta é uma história verídica, duplamente verídica. Ainda que a narrativa seja sempre uma reconstrução feita com cacos de memória. Portanto, estes relatos não têm pretensão ao rigor histórico, apesar de as experiências narradas estarem inscritas numa fase precisa da História.¹⁶

O trecho acima apresenta ideias fundamentais quando se pensa a escrita da memória dos exilados:

1- Para quem descreve uma experiência sentida, a memória tem caráter de verdade.

2- Para expressar sua memória, o autor utiliza uma narrativa, que implica numa reconstrução. Tal reconstrução não consegue abranger todos os detalhes, pois a experiência não pode ser apreendida integralmente, já que há esquecimentos, influências de emoções e vivências sobre a rememoração.

3- A memória não busca uma objetividade como a História (com seu “rigor histórico”), mas possui uma estreita relação com a História. A experiência individual retratada pelo texto ocorre num contexto específico que é objeto da análise histórica. A memória daquele contexto é objeto do estudo histórico.

Há uma variedade de biografias e autobiografias produzidas por exilados que fornecem informações relevantes sobre o cotidiano no exílio.¹⁷

¹⁶ GOUVÊA, Yara; BIRCK, Danielle. **Duas vozes no exílio**. São Paulo: Editora de Cultura, 2007. p.11. Yara Gouvêa exilou-se na Argélia e fazia parte da Frente Brasileira de Informação, rede de denúncia da Ditadura Militar brasileira responsável pela produção de um periódico que chegava a vários locais do exílio. Danielle Birck é francesa e envolveu-se com a atuação política de exilados brasileiros na França, Suíça e Argélia.

¹⁷ Entre as muitas publicações, podemos destacar as autobiografias de Abelardo Jurema, Alfredo Sirkis, Almeri Bezerra de Mello, Almino Affonso, Apolônio de Carvalho, Beatriz Bandeira Riff, Fernando Gabeira, Ferreira Gullar, Flávio Tavares, José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo, Liszt Vieira, Maurício Paiva, Reinaldo Guarany, Yara Gouvêa e Yolanda Avena Pires.

De que forma tais obras podem ser estudadas para a compreensão do exílio? Consideramos que cada obra pode ser analisada a partir dos objetivos de produção, do contexto em que foi escrita e divulgada. O tempo e o espaço da produção reforçam estas ideias.

Ao apresentar avaliações sobre a experiência enquanto esta ainda não findou, o exilado retrata fatos mais recentes com detalhes, expressa sensações, opiniões e expectativas (dentre as quais o retorno ao Brasil). Narrar a experiência após o exílio comporta uma série de avaliações da experiência e de esquecimentos de fatos, de acordo com interesses e, no caso daqueles que já retornaram, do contexto de redemocratização da década de 1980.

A memória é sempre presentificada. Observar depoimentos nestes dois momentos é importante para observar as transformações nas ideias e nas descrições das vivências dos exilados.

Observemos as características de dois livros publicados *durante* o exílio: *Memórias do exílio* e *Memória das mulheres no exílio*.

O primeiro deles foi publicado em Portugal no ano de 1976 e no Brasil em 1978. A ideia de produzi-lo surgiu entre brasileiros que viviam nos EUA, dentre os quais Rubem Cesar Fernandes. O projeto foi patrocinado pela Fundação Ford e apoiado por intelectuais renomados, como Paulo Freire e Nelson Werneck Sodré.¹⁸ Exilados da América e Europa foram convidados a contribuir com suas memórias. O objetivo do livro era apresentar depoimentos de pessoas de diferentes vertentes políticas e estimular o debate sobre a anistia. O livro continha manuscritos, entrevistas e um dossiê sobre Frei Tito.¹⁹ Na introdução, os autores afirmam:

Refletindo sobre o assunto, alguns de nós chegamos à seguinte conclusão: em condições marcadas por rupturas históricas tais como as que provocam o exílio, a memória coletiva tem de ser feita, pois ela exige um esforço consciente de recuperação para uma cultura nacional.

¹⁸ Sobre a origem do projeto, ver GREEN, James N. **Apesar de vocês:** oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985). São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.410.

¹⁹ Frei Tito de Alencar era dominicano, foi torturado pela polícia política e suicidou-se no exílio. A história de sua vida foi romanceada por Frei Betto em *Batismo de Sangue* (São Paulo: Rocco, 2006).

O projeto *Memórias do Exílio* nasceu assim de uma preocupação com o passado, uma preocupação que, sendo típica de historiadores, é também comum entre exilados, excluídos que foram da vida pública de seu país. Mas o projeto é outrossim uma ponte para o futuro, um documento da presença ativa de gente atualmente marginalizada pela propaganda governamental com a pecha de “maus brasileiros”.²⁰

Esta declaração exalta os depoimentos dos exilados como meios de defesa do direito de expressão e como uma contribuição para a construção da memória coletiva. Divulgando as suas versões sobre a experiência do exílio, os escritores queriam concretizar uma ação de denúncia da ditadura brasileira e de exposição das dificuldades do exílio. Concebiam o exílio como uma experiência a ser superada, mas lembrada pela nação como compartilhada.

A obra apresenta depoimentos de pessoas em diferentes locais e de diferentes origens. Permite a observação de como o exilado avaliava naquele momento sua trajetória na militância política, quais eram suas opiniões sobre os rumos da esquerda, sobre o Brasil e os países de exílio. Os depoimentos realizavam um resgate da história de vida pessoal desde a infância, perpassando a vida em clandestinidade e as expectativas de retorno.

O volume *Memórias das mulheres no exílio* foi publicado já depois da anistia, mas os depoimentos também haviam sido produzidos durante o exílio. É uma fonte documental relevante para o estudo dos papéis da mulher na militância política e nas famílias exiladas. O feminismo também foi destacado, pois grupos feministas tinham se organizado, como o Círculo de Mulheres Brasileiras no Exílio. Sobre o objetivo da obra, as autoras afirmaram:

Procuramos o eu individual, o único e singular, plenamente conscientes da importância da autobiografia na reconstrução histórica. E chegamos a um grande nós anônimo, que contém cada um de nós e

²⁰ UCHÔA CAVALCANTI, Pedro Celso; RAMOS, Jovelino (orgs.). **Memórias do exílio: Brasil — (1964-19??)** – De muitos caminhos. São Paulo: Livraria Livramento, 1976. v.1, p.9. Entre os depoentes, Herbert de Souza, Marcio Moreira Alves, José Maria Rabêlo, Anina de Carvalho e Abdias do Nascimento.

ultrapassa-nos a todas, que não se confunde com nenhuma e está presente em todas nós. Não necessariamente porque as experiências se assemelhem, mas por que elas configuram em seu conjunto um perfil coletivo, em que aparecem traços de universalidade, em que se fixa este momento de nossa história social, quer dizer, a história de casa um de nós e de todos nós.²¹

Observa-se nesta declaração que o depoimento individual é inserido numa identidade coletiva da mulher exilada. Assim como no primeiro livro, buscava-se relacionar a memória individual à coletiva por meio da reconstrução da História.

Considerando o exemplo das duas obras, é possível ressaltar o papel da memória como denúncia de uma experiência traumática, como uma forma de estreitar laços comunitários e identitários perdidos no exílio.

Sobre as autobiografias produzidas após o exílio, é importante observar o contexto em que foram divulgadas. O distanciamento temporal possibilitou novas avaliações. Anteriormente, o medo da repressão podia impedir a apresentação das informações. Além disso, o retorno ao país promoveu um novo confronto com a realidade nacional que encontraram.

Houve publicações relevantes no final da década de 1980, retratando a memória no momento de retorno, em que a sociedade estava buscando entender o exílio, discutir a repressão da ditadura em prol da construção da democracia. Destacam-se: *O que é isso, companheiro?* (escrito no exílio) e *O Crepúsculo do Macho*, de Fernando Gabeira; *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida* e *Roleta Chilena*, obras de Alfredo Sirkis.²² Estas obras valem-se da ficção para apresentar à sociedade uma proposta de revisão sobre o período do regime militar. São dotadas de objetivos políticos e utilizam recursos ficcionais, que não retratam o fato com detalhes e fazem seleções com objetivos particulares.

²¹ COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.17.

²² Para uma análise do discurso destas obras, ver SILVA, Mário Augusto Medeiros da. **Prelúdios e noturnos: ficções, revisões e trajetórias de um projeto político**. Campinas, 2006. 280 p. Dissertação. IFCH - Unicamp.

Observemos, como exemplo, a narrativa apresentada por Alfredo Sirkis em *Os Carbonários*. Integrante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), Sirkis exilou-se no Chile, na Argentina, na França e em Portugal. O livro relata seu envolvimento no movimento de esquerda até o exílio no Chile e faz uma crítica à luta armada, ressaltando as dificuldades que os militantes tinham para tomar decisões coletivamente e mostrando a falta de conexão dos grupos de esquerda com a população do Brasil e dos países de exílio.

Alfredo Sirkis descreve o Chile da seguinte forma:

[...] Chegamos à estação rodoviária no fim da tarde. Escurecia e a cidade se iluminava de lâmpadas e faróis. À saída, longas avenidas com filas de veículos díspares e antiquados. Muitas bancas de jornais, com títulos contraditórios, garrafais, um cheirinho de democracia no ar. Fim de tarde, vozes e buzinas. Vendedores de jornais berrando os títulos vespertinos. Chile, anoitecer. Santiago, hora do rush.²³

A descrição contém vários detalhes da vida cotidiana para ressaltar as primeiras impressões do autor sobre a realidade chilena. A memória é apresentada por meio de recursos linguísticos que enaltecem sensações como estranhamento e admiração pela nova realidade. A exposição de recordações utiliza recursos atrativos ao leitor e emocionalmente significativos para o escritor. Além de atentar para a forma de escrever, é preciso observar os objetivos da escrita desta memória. Segundo Alfredo Sirkis,

[...] não escrevi “Os Carbonários” para a minha geração. Escrevi pensando especialmente na geração que hoje está com a mesma idade que eu tinha na época dos fatos relatados. Aliás, tenho indicações de que meus leitores são, fundamentalmente, jovens. Sobretudo estudantes secundaristas [...]. Convém lembrar que “Os Carbonários”, no fundo, não é um livro alegre; é triste. Tem momentos hilariantes, mas é, em essência, um livro sobre alguém que perde alguns dos melhores amigos, vê desabarem as coisas em que acreditava e, principalmente, pinta um quadro muito triste do Brasil dos anos 60 e começo dos 70. Quanto à

²³²³ SIRKIS. *Os carbonários*. op. cit. p. 459.

avaliação dos erros que cometemos, entendo que nossa atitude deve ser não de arrependimento e, sim, de superação crítica de determinadas visões. [...] mas qual a linguagem mais eficaz para transmitir essa experiência à nova geração? Certamente não é a linguagem dos documentos teóricos da esquerda nem a postura apologética adotada por certas pessoas.”²⁴

Ao observar esta declaração, nota-se que o depoimento é a visão de uma experiência particular do passado e tenta cativar o leitor com as ideias do autor. O leitor posiciona-se criticamente ao “dialogar” com as características do escritor:

O “eu” testemunhal nestes livros não presume nem convida a identificar-nos com ele. Somos demasiados estranhos a ele, e não há pretensão aqui de uma experiência humana universal [...]. O singular representa o plural, não porque ele substitui ou compreende o grupo, mas porque o falante é uma parte indistinguível do todo.²⁵

As biografias e autobiografias tornam-se meios para o estudo da memória e não para a sacralização de uma determinada imagem do passado. O exílio passa a ser conhecido por aquele que não o vivenciou e é uma visão que a sociedade compartilha. Mas é necessário que haja uma contraposição de imagens para não meramente reproduzir ideias de grupos. A História apresenta uma análise dos fatos, a opinião é criada pelo indivíduo. A História promove uma interpretação. Segundo Roney Cytrynowicz,

O historiador não está isento de nenhuma das capturas externas e do caráter fragmentário da memória, mas seu

²⁴ Entrevista com Alfredo Sirkis. **Veja**, São Paulo, n.668, 24/06/1981, p. 05-08. *Apud* SILVA, Mario Medeiros da. **Prelúdios e noturnos**: ficções, revisões e trajetórias de um projeto político. op. cit., p.173.

²⁵ SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 52.

compromisso é, de certa forma, historicizar as próprias formas de memória e de história.²⁶

As dores, as opiniões e as experiências devem ser utilizadas na problematização da memória. Este caráter subjetivo foi construído na experiência de exílio e possibilita entender a experiência. É necessário lembrar que a História trabalha com as particularidades e não há o objetivo de criar leis aplicáveis a qualquer contexto.

Compreender “a voz” dos exilados

Se o exílio foi um fenômeno de média duração e marcado por momentos traumáticos, a compreensão dos depoimentos dos exilados deve identificar as diferentes concepções por eles construídas a este respeito e considerar de que forma as emoções influenciam tais visões.

Como exemplo, observemos o depoimento do jornalista mineiro José Maria Rabêlo. Dirigia o jornal *Binômio*, que se posicionava contra o regime militar. Após um desentendimento com um general e a depredação da sede do jornal por tropas do exército, José Maria Rabêlo decidiu deixar o país em 3 de julho de 1964, em direção à Bolívia. Em 1965, seguiu para o Chile, onde residiu com a esposa, Thereza Rabêlo, e seus sete filhos. Devido ao golpe militar contra Salvador Allende em 1973, José Maria e sua família buscaram refúgio na França, onde moraram até 1979. Tanto no Chile quanto na França, José Maria coordenou bibliotecas que vendiam publicações de exilados e promoviam debates sobre a situação política do Brasil. No Chile, Rabêlo publicou um jornal chamado *Cartas chilenas*, com o objetivo de divulgar e analisar informações sobre o Brasil. Quanto ao exílio no Chile, José Maria Rabêlo afirma:

No Chile havia muita solidariedade, que a gente era muito unida. Tanta gente que ficou na minha casa, tanta gente arrumava um lugar para sua família, ia arrumando hospital para o pessoal que chegava, os chilenos foram muito solidários comigo. Foi um

²⁶ CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogo e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMANN-SILVA, **História, memória, literatura**, op.cit., p.132.

momento de distensão para nós, saindo daqui depois daquela desgraça toda. A minha saída foi muito traumática por causa da questão militar, pelos filhos e pela família grande [...].

Eu e Tereza, minha mulher, levamos muitos anos para voltar ao Chile. Havia um bloqueio enorme, por que o Chile que amávamos como nosso segundo país (e é até hoje) foi ficando esquecido e o que passou a predominar foi o Chile da repressão. A gente tinha medo de voltar lá. Trinte e dois anos depois [aproximadamente em 1997] nós voltamos e foi um negócio emocionante.²⁷

Este depoimento exemplifica a ligação emocional do exilado com o país que o acolhe, as dificuldades vivenciadas pelo golpe militar (tanto no Brasil como no Chile) e a prevalência de uma imagem positiva do país até hoje. Realiza-se uma avaliação da experiência numa contínua relação entre a vida no Chile durante o exílio e a memória no presente, também marcada pela saudade.

Outros depoimentos poderiam ser utilizados para contrapor essa imagem positiva do país acolhedor. É o caso do testemunho concedido em 1978 por Regina para a publicação *Memórias das Mulheres no Exílio*. Sem revelar o nome completo, Regina descreveu sua participação no Círculo de Mulheres em Paris, grupo criado em 1975 para debater o papel social da mulher e realizar campanhas em defesa dos seus direitos. Antes de viver na França, Regina residiu no Chile, onde enfrentou dificuldades de integração:

O Chile *pra* mim foi um desterro. Vivia enfiada numa casa com jardim, cachorro, gato, clandestina nos quatro primeiros meses porque queria voltar para o Brasil, vendo só o meu companheiro. Aquilo era uma desgraça. Eu me sentia desterrada, escondida, era um pesadelo, um sacrifício. Cada dia tinha que ter força para o dia seguinte. Cheguei no exílio com uma mão na frente e outra atrás, tinha perdido tudo, tudo... e não tentei reconstruir coisa alguma. Sentia assim: estou

²⁷ Entrevista concedida em 19 de janeiro de 2010.

aqui provisoriamente, porque vou voltar, então não vale a pena...O que me impediu de me integrar no Chile foi essa sensação de provisório, de não fazer projetos de vida por mais de alguns meses. [...] ²⁸

Neste depoimento, o país acolhedor tem uma imagem negativa que está relacionada às condições emocionais e às dificuldades de encontrar sentido de ação numa realidade diferente do Brasil e perante a expectativa do retorno à terra natal. Marcados por emoções, os testemunhos permitem expor o impacto do exílio para o indivíduo e a multiplicidade de experiências. Não se pode apagar tais multiplicidades ou sobrepor uma visão, uma pesquisa sobre o exílio deve expor as visões diferenciadas que caracterizam o exílio.

As obras cinematográficas com depoimentos de exilados ilustram esta multiplicidade de visões. Podemos citar como exemplo *Hércules 56*, de Silvio Da-Rin. O diretor reuniu os participantes do sequestro do embaixador Charles Helbrick, em 1969, e aqueles que conseguiram deixar o país em direção ao México ao serem trocados com o embaixador. O filme (que também virou livro²⁹) mostra um encontro dos nove remanescentes. O debate é rico como expressão da construção e compartilhamento de memórias. Além da militância armada, o tema do exílio é debatido. Aqueles que participaram da história questionam uns aos outros: suas dúvidas, os gestos, os esquecimentos e as divergências transparecem na tela.

Este filme é uma ação positiva de pesquisa e análise de memórias. Ele exemplifica a necessidade de apresentar e discutir os diversos olhares sobre o passado em relação aos sujeitos e aos fatos. Ao estudarmos as memórias do exílio, devemos identificar as diferenças nos relatos e refletir sobre as escolhas tomadas pelos entrevistados em suas narrativas e de que forma tais escolhas remetem a sentimentos, ideias e vivências do passado e do momento presente. A imagem do passado é também presentificada e influenciada pelas expectativas do entrevistado.

²⁸ COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula; MARZOLA, Norma; LIMA, Valentina da Rocha. **Memórias das mulheres no exílio**. op. cit., p.425. As datas de saída e chegada de Regina nos países de exílio não são descritas na publicação. Para informações sobre o Círculo de Mulheres em Paris, ver ABREU, Maria Luísa Gonçalves de. **Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris**. op. cit. 265p.

²⁹ DA-RIN, Sílvio. **Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

Como uma construção, a memória está limitada pelo esquecimento. No momento em que realizam uma revisão de sua vida, os entrevistados criam uma seleção de informações que está relacionada aos interesses, às opiniões e ao distanciamento espacial e temporal dos fatos narrados. Esse processo de construção de sentido dado a uma rememoração de fatos pessoais constituiu o que Pierre Bourdieu denominou “ilusão biográfica”, ou seja, a existência de uma criação artificial de sentido.³⁰

Os depoimentos realizados em pesquisas e armazenados em arquivos audiovisuais conservam a visão individual de uma experiência exposta num determinado período e podem ser frutos de análises diferenciadas de outros historiadores. Disponibilizados para o público, os depoimentos tornam-se parte da coletividade.³¹ A problemática existe quanto à forma como é percebido. Segundo Beatriz Sarlo,

[...] só uma fetichização da verdade testemunhal poderia outorgar-lhes um peso maior ao de outros documentos, inclusive os testemunhos contemporâneos aos fatos dos anos 1960 e 1970. Só uma confiança ingênua na primeira pessoa e na lembrança do vivido pretenderia estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal.³²

O historiador faz uma seleção das ideias, compara os depoimentos com informações de análise de outras fontes. Mas deve existir um caráter ético de sua prática em respeitar a opinião do entrevistado e evitar generalizar uma informação com base nos depoimentos, desrespeitando as especificidades dos demais. Cria-se uma falsa imagem do passado coletivo tomando uma individualidade. Tanto a reafirmação de uma visão sobre o passado quanto a História didática condizem com interesses de grupos.

³⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p.183-191.

³¹ “Sem a repetição e a tomada de consciência do drama comum não há memória coletiva”. MEIHY; HOLANDA. **História Oral**, op.cit. p. 52.

³² SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.48.

Fim do exílio e novas memórias

A Lei de Anistia foi sancionada em 28 de agosto de 1979, permitindo o retorno de 150 pessoas banidas e 2.000 exiladas.

Durante o processo de redemocratização, os testemunhos sobre a perseguição política foram relevantes para endossar a legitimação do fim do regime militar. As recordações do exílio e as novas posturas políticas construídas em relação com outras realidades sociais foram importantes para elaborar novas formas de ação na sociedade brasileira, seja na reinserção profissional dos exilados ou na filiação a grupos políticos do novo contexto partidário nacional.

Relatar a experiência de exílio neste contexto significava compartilhar experiências com uma sociedade politicamente em transição, destacando as dificuldades do exílio em relação às arbitrariedades do regime militar. Ressaltava-se a violência do exílio; em contrapartida, buscava-se transpor esta experiência em benefício da reinserção no contexto brasileiro que se criava. Em seu livro de memórias, José Maria Rabêlo afirma:

Sei que não devemos esquecer as provações pelas quais passamos, as perdas de toda ordem que tivemos, mas não podemos nos deixar dominar pelas mágoas e ressentimentos, que obscurecem a percepção dos fatos. O exílio foi apenas uma etapa de jornada muito mais longa. O que precisamos é estar à altura de compreender o significado dos novos desafios.³³

Esta declaração ressalta a importância de fechar um ciclo e prosseguir. Foi escrita em 2001, relatando um exílio de aproximadamente 15 anos. Para que haja o fechamento e a superação do sofrimento (no caso, a saída do Brasil e a perseguição política), é necessário conservar a percepção do fato, mas superar os sentimentos de “mágoas e ressentimentos”.

Para Freud, a rememoração promove uma repetição, enquanto a perlaboração representa a superação de um evento traumático.³⁴ O tempo é

³³ RABÊLO, José Maria, RABÊLO, Tereza. **Diáspora: os longos caminhos do exílio**. São Paulo: Geração Editorial, 2001. p.22.

³⁴ Para uma análise do conceito de perlaboração, ver RICOEUR, **Memória, história, esquecimento**, op.cit. p.84-85.

necessário para que o indivíduo consiga minimizar os efeitos negativos de um trauma em sua vida. Esquecer também é importante para não supervalorizar os momentos ruins e estabelecer novos projetos, olhar para o futuro e agir no presente atribuindo novos sentidos às ações. No entanto, o esquecimento não pode se apoiar na impunidade. Na anistia, por exemplo, a autoridade política determina o esquecimento, o perdão legal para todos, mas não se esclarecem os crimes cometidos.

Paul Ricoeur afirma que “é no caminho da crítica histórica que a memória encontra o sentido da justiça”.³⁵ A História pode cumprir um papel importante neste fechamento do ciclo de sofrimento vivenciado pelos brasileiros durante o regime militar por meio do estudo do período do exílio e apresentação de suas análises à sociedade, que pode utilizar tais informações para desenvolver práticas de justiça. A ideia de justiça está relacionada à compreensão do fato e à punição. O debate no Brasil sobre a anistia ainda está em voga, questionando os desaparecimentos e a tortura.³⁶ É necessário entender também o exílio dentro deste contexto de repressão e observar o impacto na vida de quem foi forçado a deixar o país e foi perseguido no exterior.

Considerações finais

Estudar o exílio brasileiro perpassa a compreensão de distintos fatores: a relação entre exílio e a política repressiva do Estado, as observações sobre as relações socioculturais, as transformações dos projetos políticos, as concepções do Brasil pelos exilados e a oposição ao regime militar empreendida pelos grupos de esquerda.

O exílio foi uma experiência muito heterogênea. Nem todos eram militantes políticos; apesar de muitos relatos de dificuldades de adaptação

³⁵ Idem, p.142.

³⁶ Em 18 de novembro de 2011, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.528, que cria a Comissão da Verdade, que cria um grupo com a função de apurar as violações de direitos ocorridas entre 1946 e 1988 por meio de documentação e depoimentos. Segundo o artigo 1º da referida lei, o objetivo é “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. >. Acesso em 11 de fevereiro de 2012.

nos países de exílio, foi também um momento de ampliação de horizontes nos estudos, no trabalho e nas percepções de outras sociedades.

Para entender tantas especificidades, é importante que não se pense a atividade da História como uma ação isolada. Para estudar o exílio, é fundamental que se estabeleçam relações com a Psicologia, com a Literatura, com a Filosofia e demais ciências.

Seja qual for a característica a ser estudada, a utilização da memória é fundamental para a compreensão de lacunas que a documentação escrita apresenta, para a observação do cotidiano no exílio, das relações travadas e do impacto da vida no exílio. Tais memórias podem se manifestar na ficção e na biografia literárias ou na entrevista. Todas as formas de exposição da memória devem ser vistas como representações do passado dependentes do sujeito e do contexto.

Artigo enviado em abril de 2012; aprovado em novembro de 2012.